

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 528

**O IMPACTO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO
E DE REDUÇÕES NO GRAU DE
DESIGUALDADE SOBRE A POBREZA***

Ricardo Paes de Barros**
Rosane Mendonça***

Rio de Janeiro, novembro de 1997

* Gostaríamos de agradecer a toda a equipe do IPEA pela excelente assistência a este trabalho. Somos gratos, em particular, a Mônica Bahia e Luciane Bastos, responsáveis pelo processamento das informações aqui utilizadas e a Ana Paula Leite e Giovani Ramalho pela assistência.

** Da Diretoria de Pesquisa do IPEA.

*** Bolsista da Anpec/PNPE na Diretoria de Pesquisa do IPEA e aluna de doutorado em economia do IEI/UFRJ.



O IPEA é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, cujas finalidades são: auxiliar o ministro na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

Presidente

Fernando Rezende

Diretoria

Claudio Monteiro Considera

Luís Fernando Tironi

Gustavo Maia Gomes

Mariano de Matos Macedo

Luiz Antonio de Souza Cordeiro

Murilo Lôbo

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

ISSN 1415-4765

SERVIÇO EDITORIAL

Rio de Janeiro – RJ

Av. Presidente Antônio Carlos, 51 – 14º andar – CEP 20020-010

Telefax: (021) 220-5533

E-mail: editrj@ipea.gov.br

Brasília – DF

SBS Q. 1 Bl. J, Ed. BNDES – 10º andar – CEP 70076-900

Telefax: (061) 315-5314

E-mail: editbsb@ipea.gov.br

© IPEA, 1998

É permitida a reprodução deste texto, desde que obrigatoriamente citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são rigorosamente proibidas.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

1 - MOTIVAÇÃO E OBJETIVO	1
2 - METODOLOGIA	2
3 - INFORMAÇÕES BÁSICAS.....	3
4 - RESULTADOS.....	6
4.1 - Crescimento Econômico e Pobreza.....	6
4.2 - Grau de Desigualdade e Pobreza.....	8
4.3 - Crescimento Econômico versus Desigualdade de Renda	13
BIBLIOGRAFIA	17

RESUMO

Uma das principais razões pelas quais os objetivos de políticas públicas centram-se na busca do crescimento e da igualdade é o fato de que a redução no grau de pobreza requer crescimento econômico e/ou declínio no grau de desigualdade.

Para determinar a sensibilidade relativa da pobreza a cada uma destas variáveis é necessário avaliar seu impacto relativo sobre o grau de pobreza. Em suma, a escolha do leque de políticas eficazes no combate à pobreza depende do conhecimento de dois parâmetros: o conjunto de políticas disponíveis, traduzidas em termos de seus impactos sobre o crescimento econômico e o grau de desigualdade, e as estimativas da importância relativa do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre o grau de pobreza. Estas estimativas nos informam sobre o que é desejável.

Com base em estimativas recentes sobre a distribuição de renda no Brasil, definição de uma linha de pobreza, e estimativas das curvas de Lorenz para diversos países utilizados no estudo, concluímos a importância de combinarmos políticas de fomento ao crescimento econômico com políticas de redução no grau de desigualdade de renda, para atingir uma diminuição na pobreza de 20 pontos percentuais.

ABSTRACT

One of the main reasons why the public policy objectives are focused on seeking growth and equality is the fact that a drop in the degree of poverty requires economic growth and/or a decline in the degree of inequality.

To discover the sensitivity of poverty in relation to these variables it is necessary to assess its relative impact on the degree of poverty. In short, the choice from a range of effective policies against poverty depends on knowing two parameters: the set of policies available, translated in terms of their impacts on economic growth and the degree of inequality, and the estimated relative importance of the economic growth and a drop in degree of inequality on the degree of poverty. These estimates tell us what is desirable.

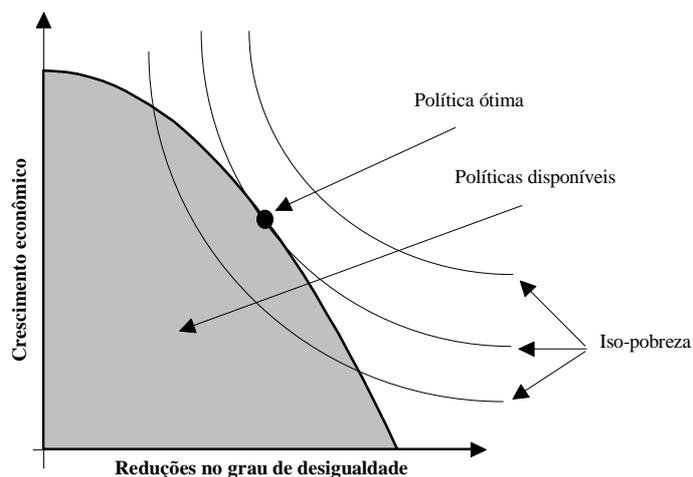
Based on recent estimates of income distribution in Brazil, a definition of a poverty line and estimated Lorenz curves for several countries used in the study, we concluded that it is important to combine policies which encourage economic growth with policies which reduce the degree of income inequality to achieve a drop in poverty of 20 percent.

1 - MOTIVAÇÃO E OBJETIVO

Reduções no grau de pobreza de uma sociedade requerem o crescimento econômico ou o declínio no grau de desigualdade. Este fato é, certamente, uma das principais razões pelas quais os objetivos das políticas públicas centram-se na busca do crescimento e da igualdade. As diversas políticas, no entanto, não são homogêneas com relação ao seu impacto sobre estas duas variáveis, com algumas voltando-se mais para o combate à desigualdade enquanto outras dedicam-se a fomentar o crescimento econômico.

Para se alcançar um leque satisfatório de políticas capazes de combater a pobreza com maior eficácia, é necessário compreender qual a ênfase a ser dada a cada uma destas variáveis. Para isso é preciso determinar a sensibilidade relativa da pobreza ao crescimento econômico e a reduções no grau de desigualdade, isto é, é necessário verificar se a pobreza é mais sensível a reduções no grau de desigualdade ou ao crescimento econômico. Com base, por um lado, nos benefícios em termos de redução na pobreza advindos com o crescimento econômico e reduções no grau de desigualdade e, por outro, numa descrição do leque de políticas disponíveis em termos dos seus impactos sobre estas duas variáveis, é possível identificar o leque de políticas mais eficazes no combate à pobreza. Em suma, a escolha desse leque depende do conhecimento de dois parâmetros (Gráfico 1):

Gráfico 1
Escolha da política ótima no combate à pobreza



a) o conjunto de políticas disponíveis, traduzidas em termos de seus impactos sobre o crescimento econômico e o grau de desigualdade. Este conjunto de políticas nos informa sobre o que é possível ser feito; e

b) estimativas da importância relativa do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre o grau de pobreza. Estas estimativas nos informam sobre o que é desejável.

Obter estes dois parâmetros não é uma tarefa trivial. Neste trabalho nos concentramos apenas no segundo. Mais especificamente, com base em estimativas recentes para a distribuição de renda no Brasil — obtidas através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1993 —, procuraremos avaliar o impacto relativo do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre o grau de pobreza.

Este trabalho está organizado em quatro seções. A Seção 2 descreve a metodologia utilizada, baseada numa série de simulações. A Seção 3 apresenta uma descrição das informações básicas necessárias para estas simulações e, finalmente, a Seção 4 introduz e analisa os resultados obtidos.

2 - METODOLOGIA

Para simplificar a análise, a mensuração da pobreza é feita com base na proporção da população que vive em famílias com renda familiar **per capita** abaixo de um nível preestabelecido, denominado linha de pobreza (**L**). Uma vez especificada a linha de pobreza (**L**), esta proporção pode ser obtida da distribuição de indivíduos segundo a sua renda familiar **per capita** como (**f**) a área sob a função densidade de probabilidade e à esquerda da linha de pobreza (Gráfico 2a) ou diretamente da função de distribuição acumulada **F(L)** (Gráfico 2b). Cumpre ressaltar, no entanto, que a opção por esta medida de pobreza deve-se apenas à sua simplicidade. Toda a análise poderia ser realizada com qualquer outra medida de pobreza que pudesse ser obtida desta mesma distribuição, como é o caso do hiato de renda médio e do índice de pobreza de Sen.

Como o objetivo deste trabalho é isolar e comparar o impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza, é fundamental sermos capazes de decompor a distribuição de renda num componente representando o **nível de renda** e outro representando o **grau de desigualdade**. Esta decomposição pode ser feita notando-se que toda distribuição de renda pode ser obtida a partir do nível médio de renda e de sua correspondente curva de Lorenz. Em outras palavras, uma vez especificados um nível médio de renda e uma curva de Lorenz quaisquer, existe uma e somente uma distribuição de renda com estas especificações. Com base nesta distribuição pode-se, então, obter o grau de pobreza como ilustrado nos Gráficos 2a ou 2b. Esta decomposição da

distribuição de renda é o instrumento básico utilizado para isolar e avaliar o impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza.

Para isolar e avaliar o impacto do crescimento econômico sobre a pobreza modificamos, a partir da distribuição de renda no Brasil em 1993, o nível médio de renda mantendo constante a curva de Lorenz e, portanto, o grau de desigualdade. Feita esta simulação, observamos como o grau de pobreza responde a mudanças no nível médio de renda. Utilizamos diversas alternativas para o nível médio de renda e, em todos os casos, este correspondia ao nível de renda a ser alcançado em 10 anos, caso houvesse um crescimento econômico ao longo desse período a uma taxa constante de $\alpha\%$ a.a. Foram realizadas diversas simulações cobrindo possíveis taxas de crescimento entre 0% e 10% a.a. O grau de pobreza resultante destas simulações, quando comparado ao grau de pobreza na distribuição-base, indica qual o impacto sobre a pobreza de um crescimento de $\alpha\%$ a.a. durante uma década, mantendo-se constante o grau de desigualdade. Os resultados obtidos com base nestas simulações serão discutidos na Seção 4.

Para isolar e avaliar o impacto de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza, modificamos, a partir da distribuição de renda no Brasil em 1993, a curva de Lorenz e, portanto, o grau de desigualdade, mantendo constante o nível médio de renda. Feita esta simulação, observamos como o grau de pobreza responde a mudanças no grau de desigualdade. Utilizamos diversas alternativas para a especificação da curva de Lorenz e, em todos os casos, esta correspondia à curva para um país latino-americano próxima ao ano de 1989. Foram realizadas sete simulações cobrindo os seguintes países: Bolívia (BO), Colômbia (CO), Costa Rica (CR), México (MX), Panamá (PN), Uruguai (UR) e Venezuela (VN). O grau de pobreza resultante destas simulações, quando comparado ao grau de pobreza na distribuição-base, indica qual o impacto sobre a pobreza de reduzir o grau de desigualdade do nível observado no Brasil em 1993 para o observado nos países utilizados em cada simulação, mantendo-se constante o nível médio de renda do Brasil em 1993. Os resultados obtidos com base nestas simulações serão discutidos na Seção 4.

3 - INFORMAÇÕES BÁSICAS

As simulações realizadas requerem três tipos de informação. Em primeiro lugar, é necessária uma estimativa recente para a distribuição de renda no Brasil. Com vistas a satisfazer esta demanda estimamos, com base na PNAD de 1993, a distribuição de indivíduos segundo a sua renda familiar **per capita**. A função de distribuição acumulada estimada encontra-se no Gráfico 3.

Em segundo lugar, é necessário definir-se uma linha de pobreza. Neste trabalho optamos por escolher como linha de pobreza o nível da renda familiar **per capita** que levasse a que 35% da população brasileira fossem considerados pobres em

Gráficos 2

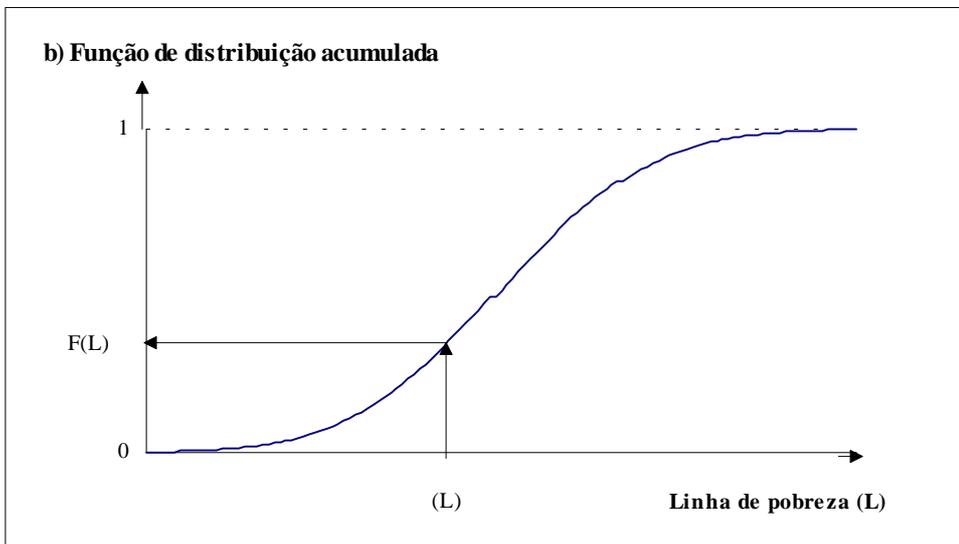
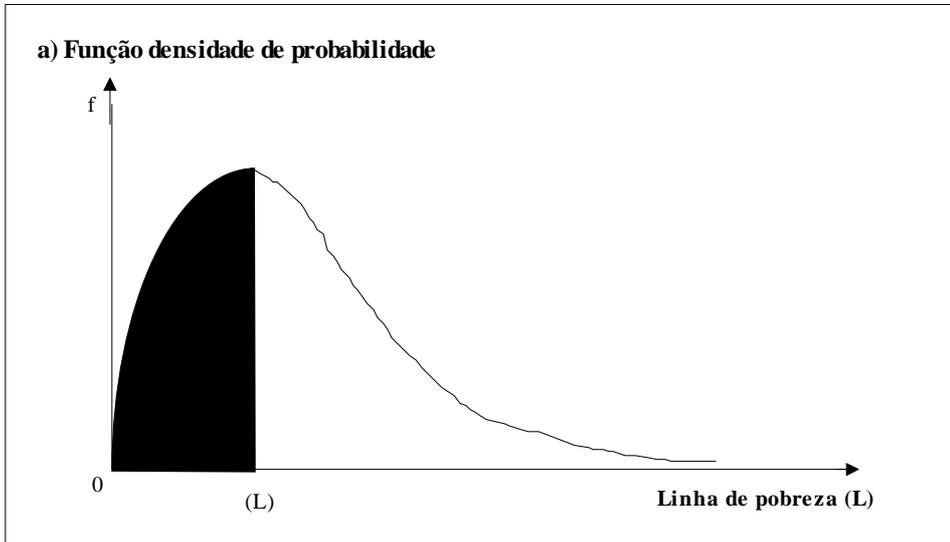
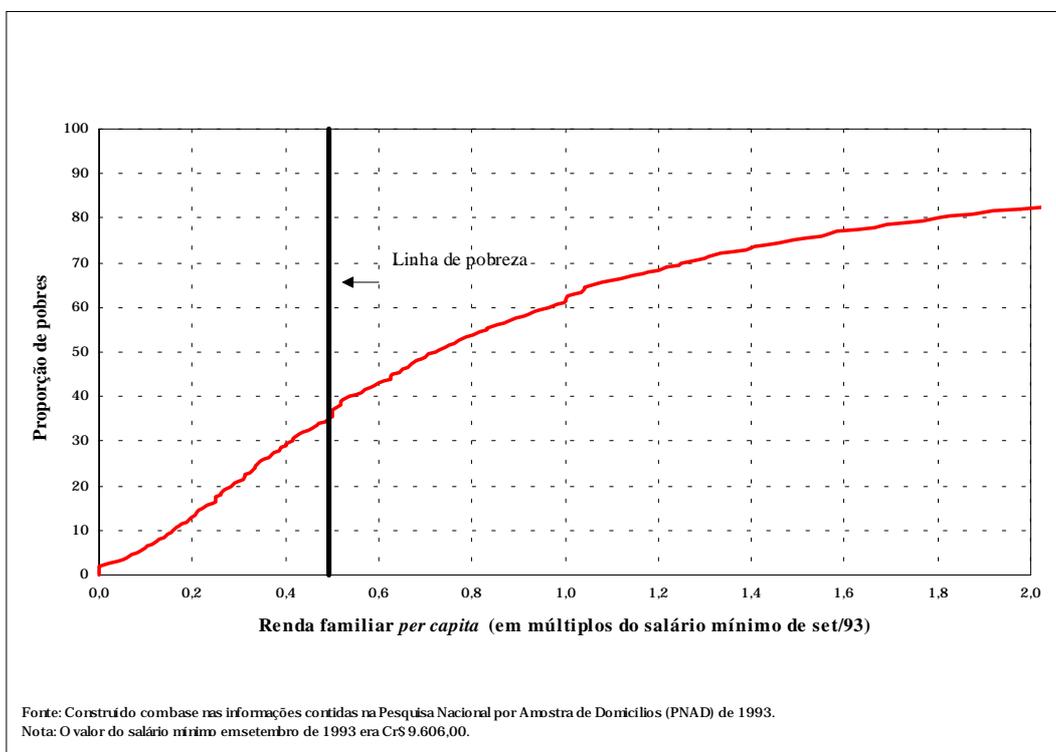


Gráfico 3

Distribuição acumulada de indivíduos segundo a sua renda familiar **per capita**



1993 (Gráfico 3), o que equivale a Cr\$ 4,75 mil, em cruzeiros de outubro de 1993, ou meio salário mínimo da época.¹

Finalmente, são necessárias estimativas das curvas de Lorenz para os diversos países utilizados no estudo. Estas estimativas foram obtidas de World Bank (1993) e são reproduzidas na Tabela 1. Nesta tabela apresentamos também estimativas para o coeficiente de Gini [World Bank (1993, p. 16)], que revelam que o grau de desigualdade no Brasil é bem mais elevado do que em todos os países latino-americanos utilizados na comparação.

¹ O salário mínimo em setembro de 1993 era Cr\$ 9.606,00.

Tabela 1
Curva de Lorenz e Coeficiente de Gini

	Bolívia	Brasil	Panamá	Colômbia	Costa Rica	México	Uruguai	Venezuela
Curva de Lorenz								
Décimos da distribuição								
Primeiro	1,1	0,7	0,5	1,1	1,2	1,1	2,0	1,7
Segundo	3,5	2,1	2,0	3,4	4,0	3,2	5,4	4,8
Terceiro	6,9	4,2	4,6	6,6	8,0	6,2	9,9	9,0
Quarto	11,2	7,0	8,3	10,7	13,1	10,2	15,4	14,3
Quinto	16,5	10,8	13,3	15,9	19,5	15,3	22,1	20,8
Sexto	23,2	15,9	19,9	22,4	27,4	21,7	30,1	28,7
Sétimo	31,5	22,8	28,4	30,6	37,1	29,9	39,7	38,4
Oitavo	42,5	32,7	40,2	41,6	49,3	40,7	51,6	50,6
Nono	58,8	48,9	57,8	58,1	66,0	56,1	67,3	66,9
Décimo	100	100	100	100	100	100	100	100
Coeficiente de Gini	0,53	0,63	0,57	0,53	0,46	0,55	0,42	0,44

Fonte: Construída da com base nas informações contidas em World Bank (1992). As informações referem-se a anos próximos a 1989.

4 - RESULTADOS

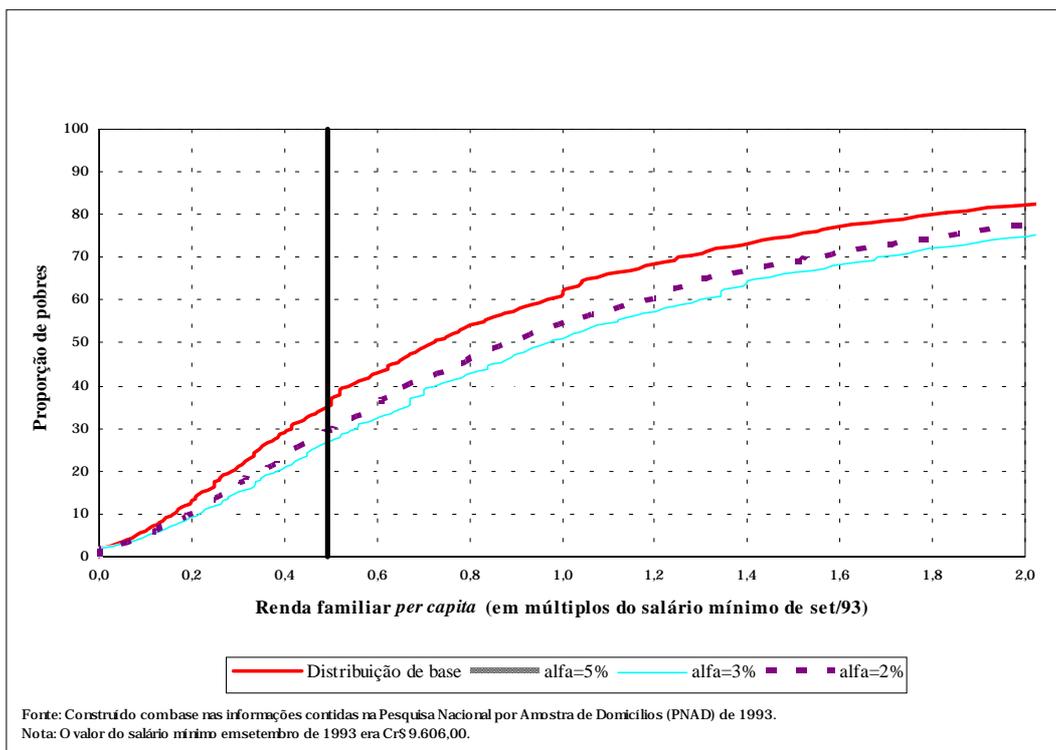
4.1 - Crescimento Econômico e Pobreza

Nesta seção investigamos a relação entre crescimento econômico e pobreza. A partir da distribuição de renda no Brasil em 1993 (distribuição-base), mantivemos constante a curva de Lorenz e, portanto, o grau de desigualdade, e aumentamos o nível médio de renda simulando um crescimento contínuo de $\alpha\%$ a.a., ao longo de uma década.

O Gráfico 4 apresenta alguns exemplos da distribuição de renda resultante destas simulações quando taxas de crescimento contínuas de 2%, 3% e 5% a.a. são consideradas. Este gráfico revela que o impacto sobre o grau de pobreza de um crescimento contínuo de 3% a.a. durante uma década seria uma redução de oito pontos percentuais na pobreza — de 35% para 27%. Caso o crescimento fosse de apenas 2%, a redução seria de cinco pontos percentuais, ao passo que um crescimento contínuo de 5% a.a. levaria, em uma década, a uma redução de 13 pontos percentuais no grau de pobreza.

Gráfico 4

Distribuição acumulada de indivíduos segundo a sua renda familiar *per capita*

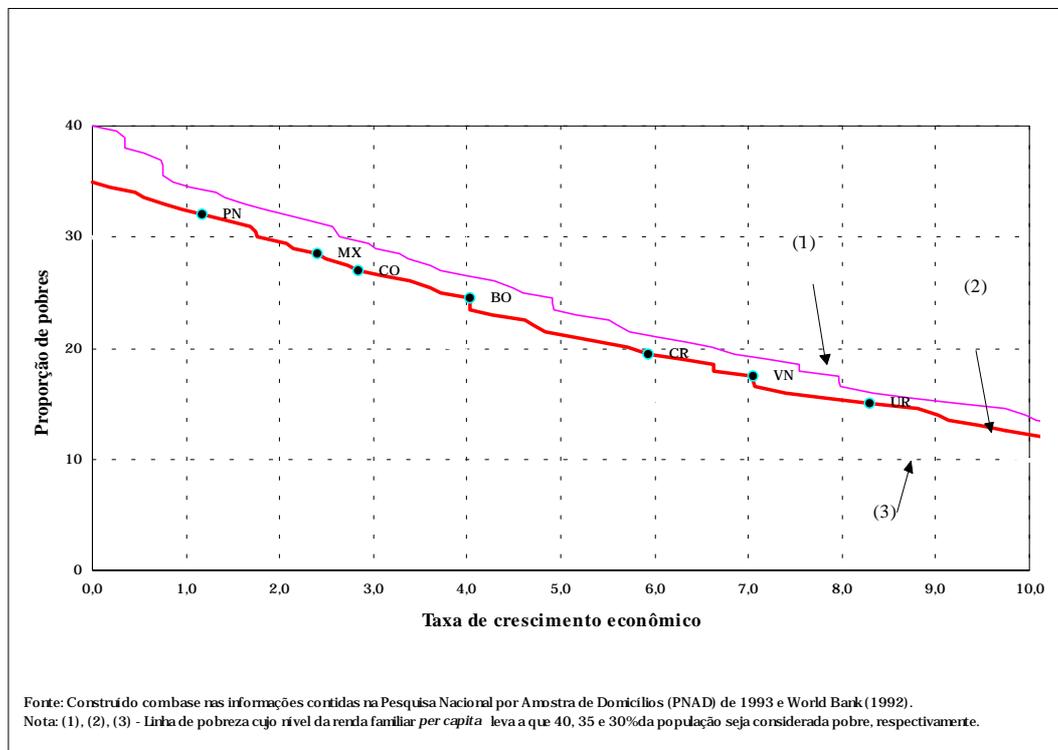


O Gráfico 5 apresenta um sumário do impacto de uma década de crescimento econômico contínuo, sem mudanças no grau de desigualdade, sobre o grau de pobreza obtido com este tipo de simulação. Este gráfico revela uma relação quase linear entre crescimento econômico e redução no grau de pobreza, com o segundo declinando, numa década, cerca de 2,3 pontos percentuais para cada ponto percentual a mais no primeiro. Uma inspeção mais detalhada desta relação, no entanto, revela um pequeno grau de convexidade.

O Gráfico 5 também apresenta simulações utilizando duas linhas de pobreza alternativas. Em um caso a linha de pobreza é definida de forma que 40% da população sejam considerados pobres, ao passo que no outro a linha de pobreza é estabelecida de tal forma que apenas 30% da população sejam considerados pobres. Esta análise revela que os resultados são relativamente robustos à linha de pobreza utilizada; em ambos os casos a relação entre crescimento econômico e queda na pobreza é bem próxima a uma relação linear. Uma diferença, no entanto, merece ser ressaltada: a sensibilidade da pobreza ao crescimento tende a ser mais elevada quando se utiliza uma linha de pobreza maior. De fato, quando definimos a linha de pobreza de forma que 40% da população sejam considerados pobres, a sensibilidade ao crescimento passa a ser de 2,6 pontos percentuais ao invés dos 2,3, quando a linha de pobreza básica é utilizada. No caso da menor linha de pobreza esta sensibilidade declina para dois pontos percentuais.

Gráfico 5

Impacto do crescimento econômico e de redução no grau de desigualdade sobre a pobreza



4.2 - Grau de Desigualdade e Pobreza

Nesta seção investigamos o impacto de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza. Realizamos uma série de simulações onde cada uma resulta na distribuição de renda que o Brasil teria caso fosse mantido o seu nível médio de renda, mas passasse a ter a mesma curva de Lorenz (e, portanto, o mesmo grau de desigualdade) que a de um dos sete países latino-americanos. Assim, sete simulações deste tipo foram realizadas, uma para cada país: Bolívia (BO), Colômbia (CO), Costa Rica (CR), México (MX), Panamá (PN), Uruguai (UR) e Venezuela (VN). O grau de pobreza resultante destas simulações quando comparado ao grau de pobreza para a distribuição de renda brasileira original indica qual o impacto sobre a pobreza de se reduzir o grau de desigualdade no Brasil do nível observado em 1993 para o observado em cada um dos países latino-americanos. Os Gráficos 5, 6a a 6g apresentam os resultados destas simulações. Em cada um destes gráficos são apresentadas a função de distribuição acumulada original para o Brasil (distribuição-base) e uma distribuição acumulada simulada que preserva a renda média brasileira, mas utiliza a curva de Lorenz para um dos sete países latino-americanos (distribuição simulada). Assim, em cada gráfico as duas distribuições de renda possuem a mesma média, diferindo apenas quanto ao seu grau de desigualdade, de tal forma que a diferença no grau de pobreza entre elas é uma medida do impacto de reduções no grau de desigualdade.

Os resultados dos Gráficos 6a a 6g, no que se refere à pobreza, são sumariados na Tabela 2. Estes resultados mostram, para cada país selecionado, qual seria o grau de pobreza no Brasil se este tivesse o grau de desigualdade do país selecionado. Assim, se o grau de desigualdade do Brasil fosse reduzido ao da Bolívia, a pobreza no Brasil seria 10 pontos percentuais menor, declinando de 35% para 25% (Gráfico 6a e Tabela 2). Da mesma forma, se o grau de desigualdade do Brasil fosse reduzido ao da Colômbia, a pobreza no Brasil seria oito pontos percentuais menor, declinando de 35% para 27% (Gráfico 6b e Tabela 2). Os três casos em que ocorreria maior redução no grau de pobreza do Brasil são: Costa Rica (15 pontos percentuais, com uma redução de 35% para 20%), Venezuela (18 pontos percentuais, com uma redução de 35% para 17%) e Uruguai (20 pontos percentuais, com uma redução de 35% para 15%).

Gráfico 6a

Impacto da redução no grau de desigualdade sobre a pobreza - Bolívia

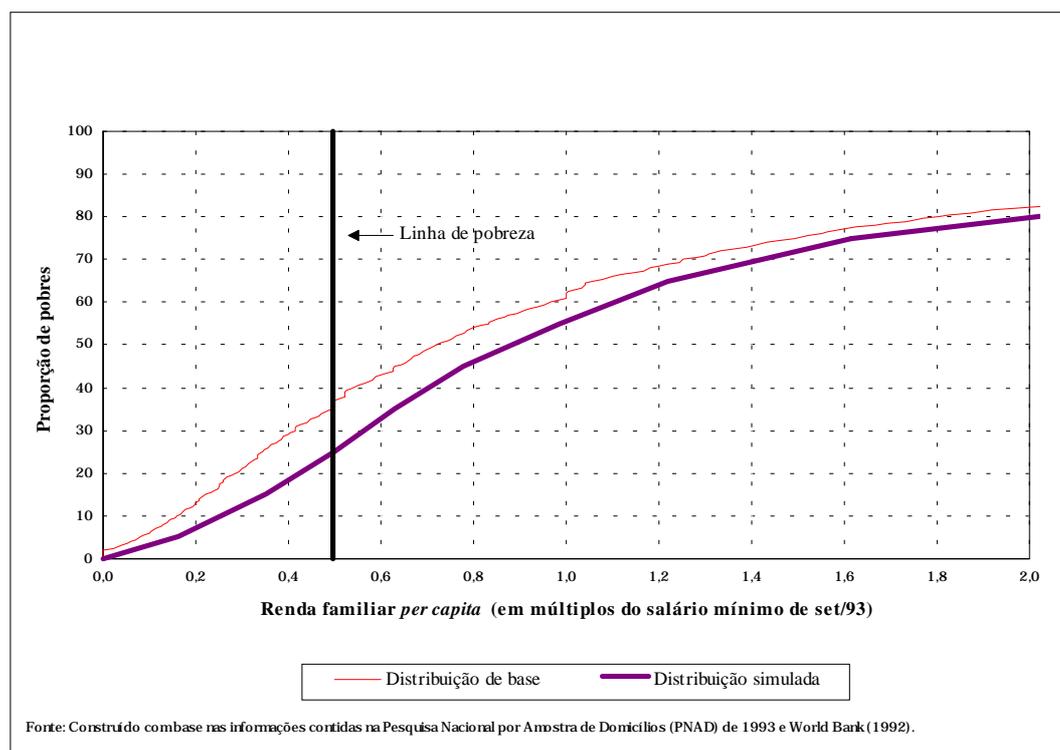


Gráfico 6b

Impacto da redução no grau de desigualdade sobre a pobreza - Colômbia

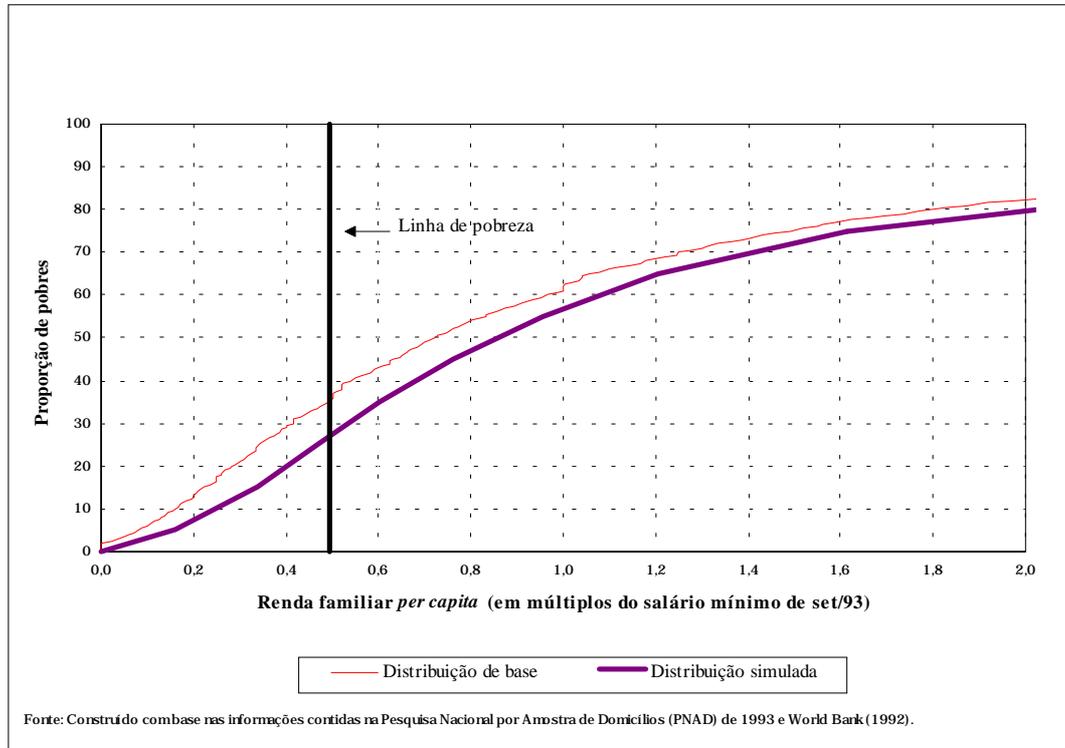


Gráfico 6c

Impacto da redução no grau de desigualdade sobre a pobreza - Costa Rica

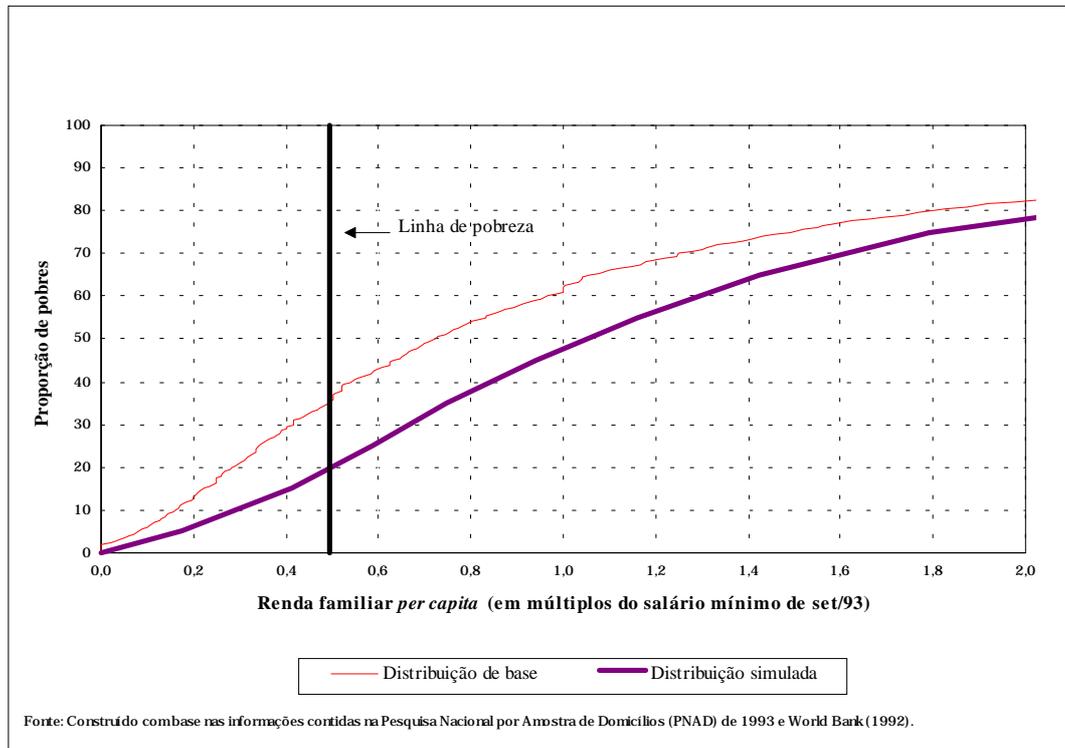


Gráfico 6d

Impacto da redução no grau de desigualdade sobre a pobreza - México

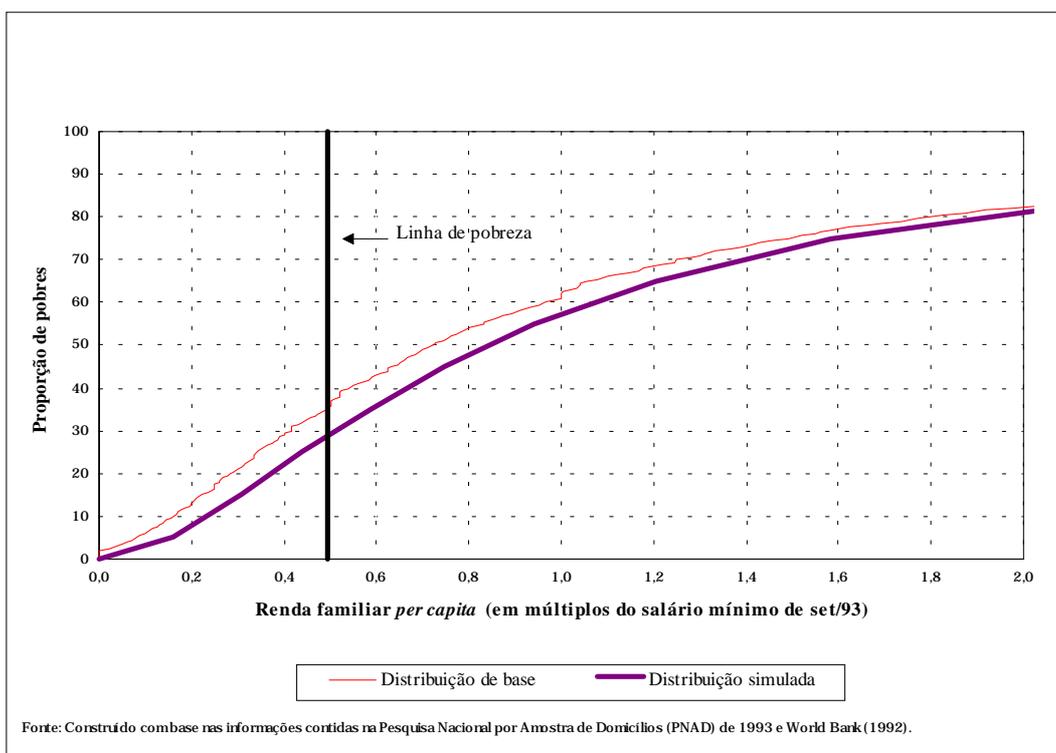


Gráfico 6e

Impacto da redução no grau de desigualdade sobre a pobreza - Panamá

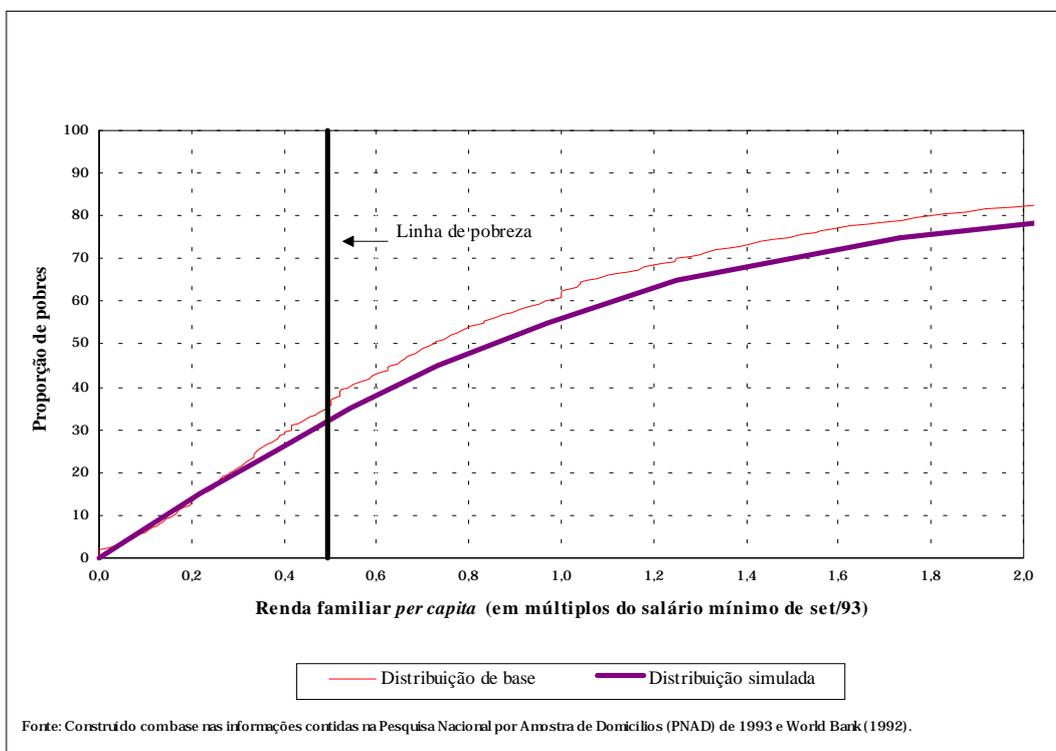


Gráfico 6f

Impacto da redução no grau de desigualdade sobre a pobreza - Uruguai

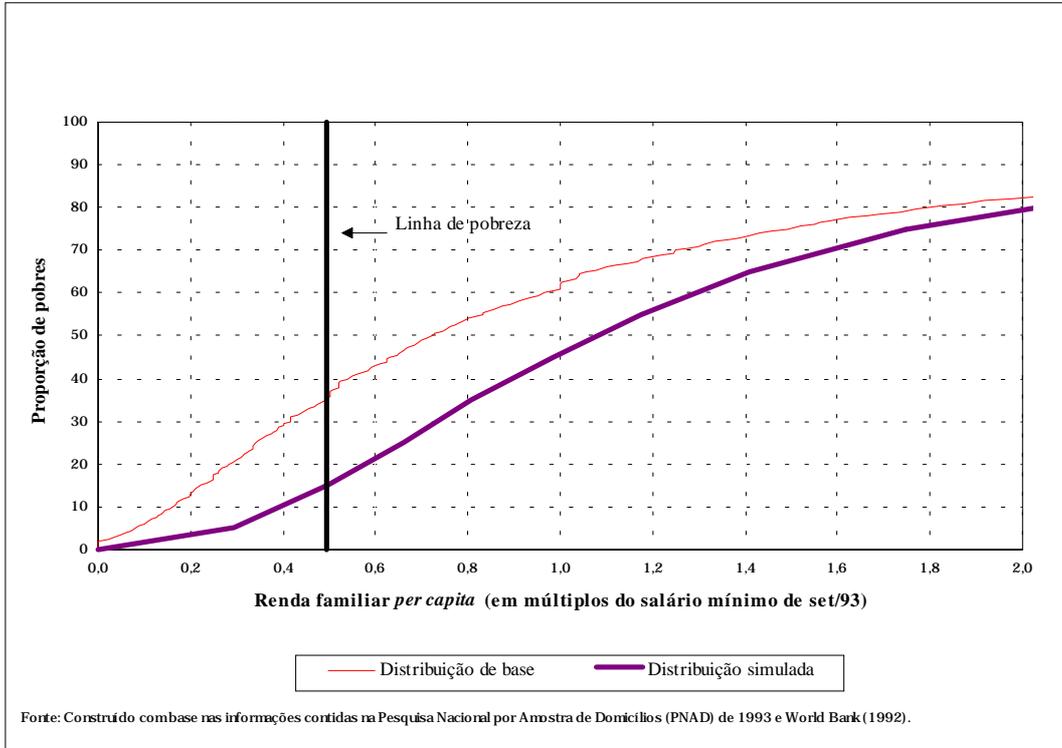


Gráfico 6g

Impacto da redução no grau de desigualdade sobre a pobreza - Venezuela

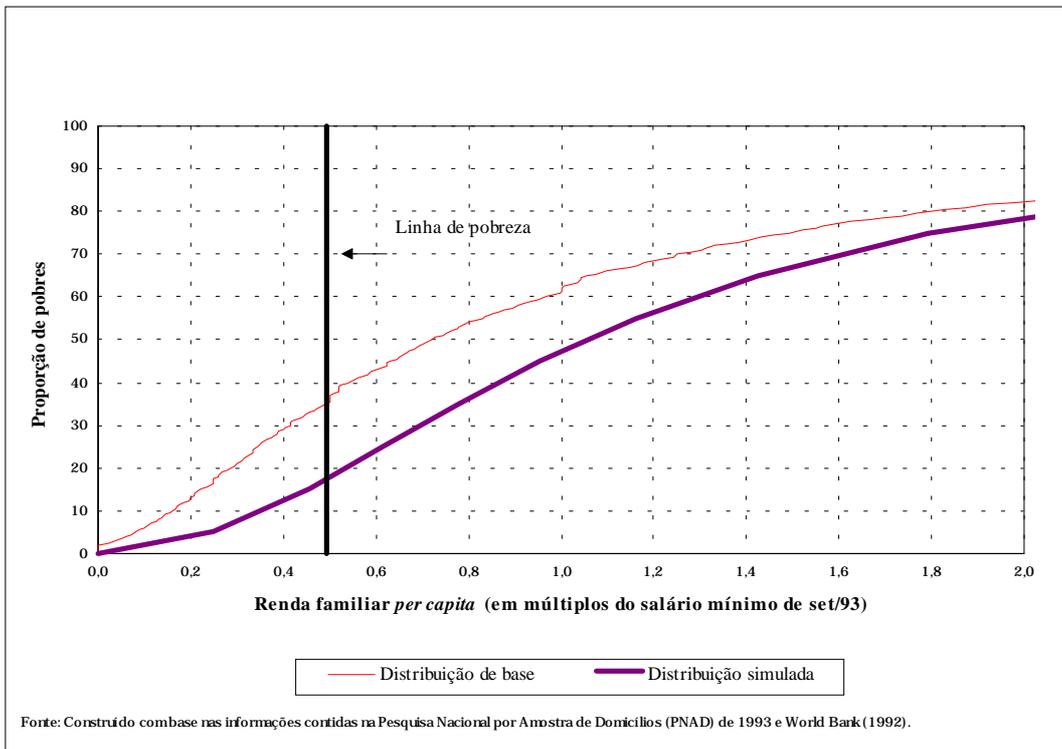


Tabela 2
O impacto de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza

País	Redução na pobreza (pontos percentuais)	Crescimento econômico (% ao ano)
	(1)	(2)
Bolívia	11	4
Colômbia	8	2,8
Costa Rica	15	5,9
México	6	2,4
Panamá	3	1,1
Uruguai	20	8,4
Venezuela	18	7,1

Fonte: Construída com base nas informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1993 e World Bank (1992), em virtude da redução na desigualdade deste ao nível da do país em questão.

Notas: (1) Redução no grau de pobreza do Brasil.

(2) Crescimento econômico contínuo durante uma década necessário para que a redução na pobreza seja da mesma magnitude de uma redução no grau de desigualdade do Brasil ao nível do país em questão.

4.3 - Crescimento Econômico versus Desigualdade de Renda

Nas duas seções anteriores isolamos e estimamos a magnitude do impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza. Nesta seção, procuramos comparar a magnitude destes dois impactos sobre a pobreza e, portanto, avaliar se políticas de combate à pobreza no Brasil devem ter uma clara orientação voltada para fomentar o crescimento econômico ou para programas puramente redistributivos, ou ambos.

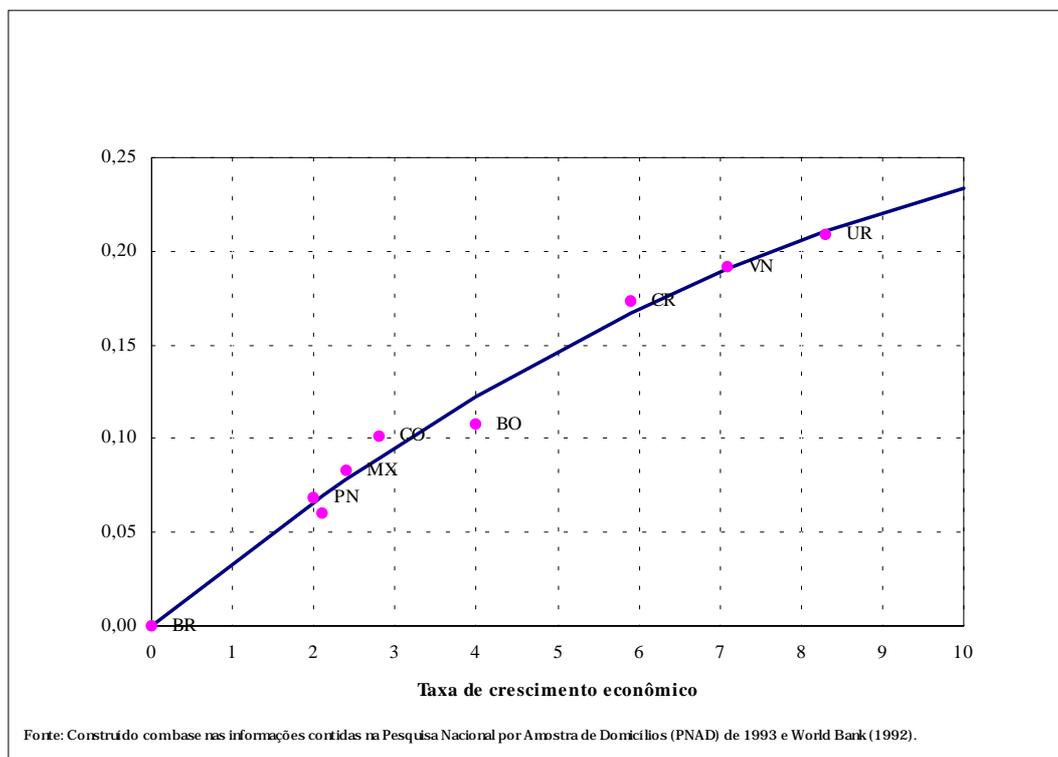
Existem diversas formas de comparar o impacto do crescimento econômico com o da redução no grau de desigualdade sobre a pobreza. Neste trabalho exploramos duas destas formas. Em primeiro lugar, procuramos avaliar a importância relativa destes dois impactos estimando a que taxa a economia deveria crescer continuamente ao longo de uma década para que a pobreza fosse reduzida da mesma magnitude caso o grau de desigualdade do Brasil fosse reduzido ao de um dos países latino-americanos selecionados. As taxas de crescimento anuais equivalentes à redução no grau de desigualdade são apresentadas na Tabela 2 e também no Gráfico 5. Os resultados revelam, por exemplo, que reduzir o grau de desigualdade do Brasil até atingir o nível do México teria o mesmo impacto sobre a pobreza que uma década de crescimento contínuo a 2,4% a.a. A comparação com a Costa Rica, a Venezuela e o Uruguai é dramática, revelando que a redução no grau de pobreza do Brasil caso este viesse a ter o grau de desigualdade destes países equivale, respectivamente, ao que seria alcançado com uma década de crescimento contínuo de cerca de 6%, 7% e 8% a.a. Estes resultados revelam claramente que, dado o elevadíssimo grau de desigualdade de renda no Brasil, reduções na desigualdade que coloquem o seu nível igual ao dos países vizinhos — o que não significa exigir muito, uma vez que estes países têm níveis de desigualdade bem acima da média mundial — [Barros, Mendonça e Pacheco (1997)] teriam um impacto sobre a pobreza que requereria ou décadas com crescimento moderado ou uma década com crescimento acelerado (crescimento da

renda **per capita** de 7% a.a.). Em todo caso, por ser um dos países com mais alto grau de desigualdade, o Brasil está entre aqueles onde o crescimento econômico é menos necessário para reduções na pobreza. Dado o elevado grau de desigualdade, é possível reduzir dramaticamente a pobreza sem crescimento econômico, simplesmente fazendo com que o grau de desigualdade no Brasil seja próximo daquele observado para um país latino-americano típico.

Embora este método de avaliar a importância relativa do crescimento econômico e de reduções na desigualdade para o combate à pobreza permita perceber que existe no Brasil um amplo espaço para políticas puramente redistributivas, esta avaliação acaba sendo muito mais qualitativa do que quantitativa. Assim, sabe-se que levar o grau de desigualdade no Brasil a níveis similares aos verificados na Costa Rica, por exemplo, implica reduções na pobreza maiores do que o que seria obtido com uma década de crescimento contínuo na renda **per capita** a uma taxa de 5% a.a. Resta, contudo, saber quão grande é o hiato de desigualdade entre a Costa Rica e o Brasil. Uma forma de resolver esta questão é medir o grau de desigualdade de renda com base num índice de desigualdade como, por exemplo, o coeficiente de Gini apresentado na Tabela 1. Com base nesta quantificação podemos mensurar, por exemplo, a redução no grau de desigualdade necessária para diminuir a pobreza na mesma extensão que um ponto percentual a mais na taxa de crescimento econômico. O Gráfico 7 apresenta qual a redução no coeficiente de

Gráfico 7

Redução na desigualdade necessária para reduzir a pobreza na mesma extensão que um ponto percentual a mais na taxa de crescimento

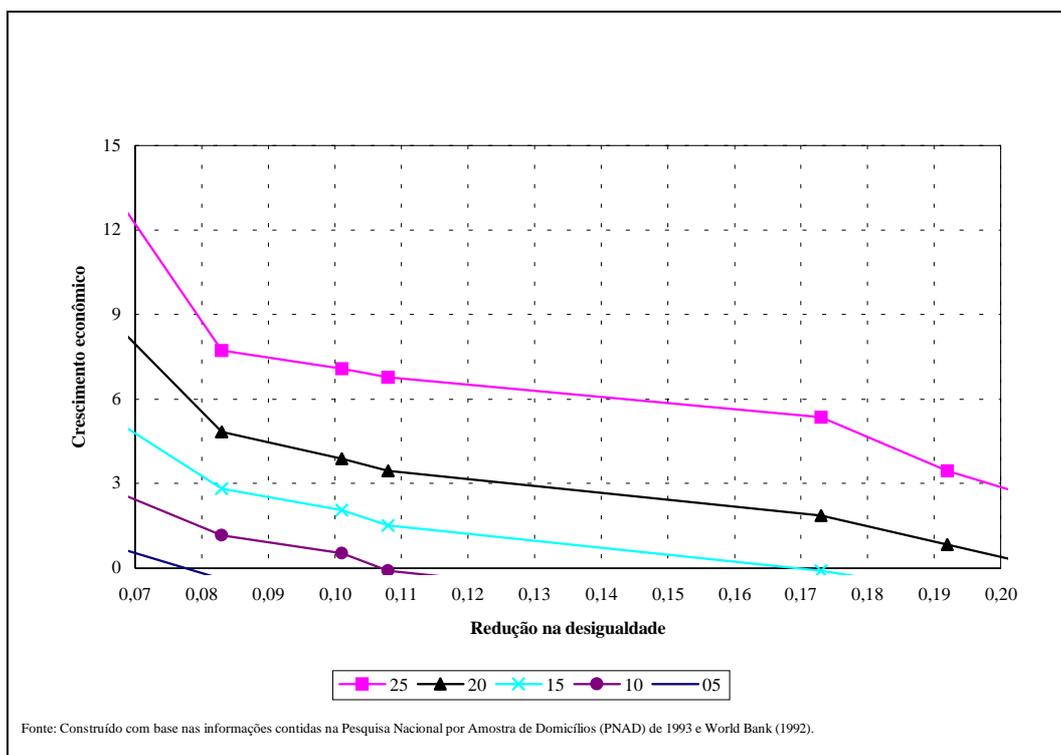


Gini necessária para diminuir a pobreza na mesma magnitude que uma década de crescimento contínuo a uma dada taxa de crescimento anual. Assim, este gráfico revela que uma década de crescimento econômico na renda **per capita** a 3% a.a. equivale, em termos de redução na pobreza, a uma queda no coeficiente de Gini de cerca de 0,10. Apesar de revelar alguma concavidade (significando retornos relativamente mais decrescentes de aumentos no crescimento econômico em relação a reduções na desigualdade) a relação é muito próxima à linear, com um aumento de um ponto percentual na taxa de crescimento econômico ao longo de uma década tendo o mesmo impacto sobre a pobreza que uma redução de 0,023 no coeficiente de Gini.

A importância relativa do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade também pode ser vista construindo-se curvas de isopobreza. Uma curva de isopobreza descreve quais as combinações possíveis de crescimento econômico e reduções no grau de desigualdade que levariam a uma dada diminuição na pobreza. O Gráfico 8 apresenta estimativas destas curvas para reduções na pobreza de 10, 15, 20, 25 e 30 pontos percentuais. Este gráfico revela, por exemplo, que uma redução de 15 pontos percentuais pode ser alcançada: **a)** via uma década de crescimento contínuo a uma taxa de 5% a.a.; **b)** via uma década de crescimento contínuo a uma taxa de 2% a.a. acompanhada de uma queda na desigualdade medida pelo coeficiente de Gini de 0,095; e **c)** via uma redução no

Gráfico 8

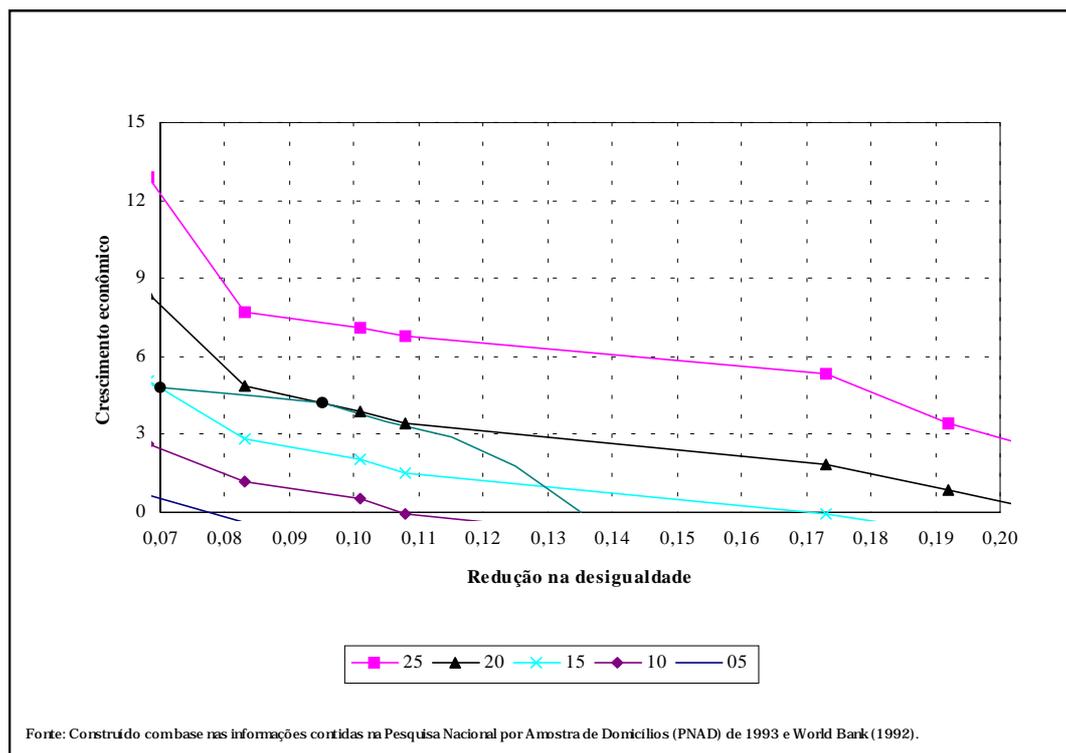
Importância relativa do crescimento econômico e de redução no grau de desigualdade



coeficiente de Gini de 0,17 sem crescimento econômico. Estas curvas de isopobreza revelam um certo grau de convexidade, o que implica que tanto políticas puramente voltadas ao crescimento econômico como políticas exclusivamente redistributivas seriam ineficientes no combate à pobreza; um melhor balanço entre elas levaria a uma redução maior na pobreza.

O Gráfico 9 ilustra a desvantagem das políticas puras. Este gráfico combina uma curva hipotética de possibilidades de crescimento econômico e redução no grau de desigualdade com as isopobrezas estimadas. Os resultados revelam que se uma política puramente voltada para o crescimento econômico ou redistributiva for implantada, a redução na pobreza seria de apenas 15 pontos percentuais. No entanto, se combinarmos políticas de fomento ao crescimento econômico com políticas de redução no grau de desigualdade de renda, seria possível atingir uma redução na pobreza de 20 pontos percentuais.

Gráfico 9
Desvantagem das políticas puras



BIBLIOGRAFIA

BARROS, R. P. de, MENDONÇA, R., PACHECO, R. **Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Texto para Discussão 454).

WORLD BANK. **Poverty and income distribution in Latin America: the story of the 1980s**. Washington, 1993.